



SECRETARIA CHEFIA DE GABINETE

EDITAL

Processo Administrativo n.º 09001110000061.000085/2026-49
Pregão Eletrônico n.º 00009/2026

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/06/2026- 08h00min

Torna-se público que o Município de Itapetim (PE), por meio da Diretoria Especial de Contratações e Compras, sediada à Rua Major Cláudio Leite, s/n, Centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, restrito a participação de Microempreendedores Individuais (MEIs), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) estabelecidas na região do Sertão do Pajeú de Pernambuco, que compreende os Municípios integrantes do CIMPAJEÚ, conforme previsto na Lei Municipal nº 596/2024, de 28 de novembro de 2024, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - *Internet*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 530, de 22 de março de 2022; observado o disposto nos Decretos Municipais nºs 257/2023, 258/2023, 259/2023, 260/2023 e 261/2023, e demais legislação aplicável, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para disponibilização, montagem, operação assistida, manutenção, desmontagem e retirada da infraestrutura temporária necessária à realização da Festa do Padroeiro São Pedro de Itapetim 2026.

1.2. A licitação será realizada por lote, devendo o licitante oferecer proposta para o lote único.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal, desde que sejam Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), estabelecidos na região do Sertão do Pajeú de Pernambuco, compreendida pelos

Municípios integrantes do CIMPAJEÚ – Consórcio de Integração dos Municípios do Pajeú, de acordo com a Lei Municipal nº 596, de 28 de novembro de 2024.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, devendo proceder imediatamente à correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. A licitante deverá declarar-se no sistema eletrônico enquadrada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, informando que cumpre os requisitos de habilitação, ainda que haja restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Federal nº 8.538/2015.

2.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual estabelecidos na região do Sertão do Pajeú de Pernambuco, compreendida pelos Municípios integrantes do CIMPAJEÚ – Consórcio de Integração dos Municípios do Pajeú, sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.8.2. empresas fora do enquadramento como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual;

2.8.3. Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual estabelecidos fora da região do Sertão do Pajeú de Pernambuco, compreendida pelos Municípios integrantes do CIMPAJEÚ – Consórcio de Integração dos Municípios do Pajeú;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.8.12. O impedimento de que trata o item 2.8.11 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida

nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para

aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado apresentar valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.12. O valor final mínimo na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema

eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.2. valor total do(s) lote(s)

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

4.10.1. assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou

4.10.2. condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por

meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote;

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances de cada item, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$100,00 (Cem reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá o modo de disputa aberto.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.10.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.16. Em relação a item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.18.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429](#),

[de 1992.](#)

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.

6.5. Em se tratando de proposta relacionada a obras ou serviços de engenharia, o Agente de Contratação encaminhará imediatamente ao órgão demandante, a proposta classificada em primeiro lugar, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), para análise do engenheiro responsável pela elaboração do Projeto Básico e/ou qualquer engenheiro cadastrado no quadro do órgão.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e seus anexos;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica será solicitada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo concedido prazo mínimo de 02 (duas) horas para envio pelo licitante convocado.

7.1.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada apresentada pelo licitante no chat do sistema, antes do encerramento do prazo inicialmente concedido.

7.1.2. A documentação exigida para fins de comprovação da Habilitação Jurídica será:

7.1.2.1. Declaração de Firma Mercantil Individual e suas alterações, se for o caso, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de origem, no caso de empresa individual;

7.1.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, se for o caso, em vigor, devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de origem da licitante, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

7.1.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.3. A documentação exigida para fins de comprovação da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista será:

7.1.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

7.1.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.1.3.3. Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.1.3.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.1.3.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.1.4. A documentação exigida para fins de comprovação da Qualificação Econômico-Financeira será:

7.1.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.1.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial competente ou transmitidos por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme o caso, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

7.1.4.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial competente ou autenticado na forma da lei;

7.1.4.4. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1,00 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$$

7.1.5. A documentação exigida para fins de comprovação da Qualificação Técnica será:

7.1.5.1. Comprovação de experiência prévia na execução de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinados, autenticados ou acompanhados de documento hábil que comprove sua veracidade, demonstrando aptidão da licitante para desempenho de atividades compatível, em características, e quantidades com o objeto desta licitação;

7.1.5.2. Será admitida a apresentação de 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, desde que, em conjunto, comprovem integralmente a aptidão técnica exigida para execução do objeto licitado;

7.1.5.3. Deverá ser apresentado, obrigatoriamente, comprovante de registro ou visto da empresa e do(s) respectivo(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme a natureza dos serviços a serem executados;

7.1.5.4. Apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, expedido pelo CREA ou CAU, referente à execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, incluindo montagem de estruturas temporárias, sistemas de sonorização, iluminação, geradores, palcos, camarins, disciplinadores, tendas ou demais estruturas correlatas;

7.1.5.5. Declaração formal da licitante de que cumprirá integralmente as exigências de segurança relativas à instalação das estruturas temporárias, inclusive quanto à obtenção de licenças, alvarás e autorizações exigidas pelos órgãos competentes, especialmente junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBMPE, quando aplicável;

7.1.5.6. Declaração de responsabilidade técnica e segurança estrutural, assinada pelo responsável técnico legalmente habilitado, atestando que todas as estruturas serão dimensionadas, instaladas e executadas em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT e demais legislações aplicáveis.

7.2. Os documentos poderão ser apresentados em formato digital, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES nº 73/2022.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento

de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5.1. Somente haverá necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir, nos termos da IN nº 3/2018.

7.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos documentos apresentados após solicitação do Agente de Contratação.

7.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.7. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

7.7.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

7.7.2. A exigência dos documentos será realizada apenas em relação ao licitante vencedor.

7.7.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.7.4. Respeitada a exceção do subitem anterior, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e julgamento, a verificação ou exigência documental ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e art. 39, §4º, da IN SEGES nº 73/2022, para:

7.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apuração de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.9. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao presente edital.

7.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital, após concluídos os procedimentos de habilitação.

7.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, nos termos do Decreto nº 8.538/2015.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.3.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal no link: <https://itapetim.pe.gov.br/transparencia/licitacoes-contratos/processos-contratacoes/index?ug-codigo=1&ano=2026>

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

e) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.4. fraudar a licitação;

9.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

d) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei Federal n.º 12.846/13](#).

9.2. Com fulcro na [Lei Federal n.º 14.133/21](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial:

9.5.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1 e 9.1.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.5.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.3, 9.1.4 e 9.1.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.3, 9.1.4 e 9.1.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.3, 9.1.4 e 9.1.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.3, 9.1.4 e 9.1.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal n.º 14.133/21.

9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.2, alínea “f”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de

20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Federal n.º 14.133/21](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: diretoriadecontratacoes@itapetim.pe.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://itapetim.pe.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Projeto e Relatório de Pesquisa de Preços;

11.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

Itapetim/PE, 28 de maio de 2026.

Luiz Alberto Patriota Lopes da Silva
Diretor de Contratações e Compras



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto Patriota Lopes da Silva**, em 28/05/2026, às 09:25, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://\[servidor_php\]/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://[servidor_php]/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0016141** e o código CRC **44B4EE02**.

SECRETARIA CHEFIA DE GABINETE

Rua Major Cláudio Leite, S/n, 1º andar - Sala 01 - Bairro Centro, Itapetim/PE - CEP
, Telefone:

Referência: Processo nº
09001110000061.000085/2026-49

SEI nº 0016141

MEMORIAL DESCRITIVO DA INFRAESTRUTURA TEMPORÁRIA

1. DESCRIÇÃO GERAL DO EVENTO E ÁREA DE IMPLANTAÇÃO

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade estabelecer as características técnicas, estruturais e operacionais das estruturas temporárias destinadas à realização do evento de São Pedro do Município de Itapetim/PE.

A área de implantação compreenderá estruturas temporárias destinadas à realização de apresentações artísticas, apoio operacional, atendimento ao público, alimentação, serviços institucionais e circulação de pessoas, obedecendo às normas técnicas vigentes, às exigências dos órgãos fiscalizadores e às condições de segurança, acessibilidade e estabilidade estrutural.

Todas as estruturas deverão possuir montagem executada por empresa especializada, sob responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva ART/RRT.

2. DESCRIÇÃO DO PALCO TIPO I, II, ACESSIBILIDADE E PAVILHÃO

O palco principal será executado em estrutura metálica modular de alta resistência, composto por perfis em aço galvanizado ou alumínio estrutural, dimensionado conforme as cargas previstas de utilização.

Características do palco TIPO I: (PALCO PRINCIPAL)

- Conforme planta apresentada, a estrutura possui as seguintes dimensões aproximadas:
- Largura frontal total: 20,90 m
- Altura total aproximada: 13,70 m
- Altura das torres laterais: 4,15 m
- Vãos laterais complementares: 1,80 m
- Profundidade estrutural complementar: 3,60 m
- Detalhes superiores e acabamentos: 1,20 m e 2,10 m conforme projeto
- A área útil total do palco corresponde a aproximadamente 535 m².
- Cobertura em estrutura treliçada metálica com lona antichama e impermeável;
- Fechamentos laterais e fundos em lona vinílica ou material equivalente;
- Escadas de acesso com corrimão em ambos os lados;
- Guarda-corpo perimetral conforme normas de segurança;
- Saídas de emergência desobstruídas;

CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS

Estrutura Metálica

- Estrutura executada em aço metálico tubular galvanizado de alta resistência;
- Sistema modular treliçado para montagem e desmontagem rápida;
- Fixações realizadas através de conexões parafusadas e elementos de travamento;
- Capacidade para sustentação de equipamentos de iluminação, sonorização e painéis de LED.

Piso do Palco

- Piso estruturado em compensado naval antiderrapante;
- Capacidade compatível com cargas distribuídas de equipamentos e circulação de pessoas;
- Nivelamento realizado conforme exigências técnicas do terreno.

Cobertura

- Cobertura superior em lona antichama com proteção contra intempéries;
- Estrutura projetada para escoamento de águas pluviais;
- Travamentos estruturais conforme normas de segurança.

A estrutura deverá atender integralmente às cargas permanentes, acidentais e de vento previstas em norma técnica aplicável.

PALCO TIPO II (EVENTO DO BAIRRO SANTO ANTONIO)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

- Projeto: Estrutura Metálica de Palco para Eventos
- Tipo de Estrutura: Palco temporário coberto
- Dimensões: 10,00 m x 7,00 m
- Altura Total: 8,00 m
- Área Total: 70,00 m²
- Finalidade: Realização de apresentações artísticas, culturais, institucionais e eventos em geral.

PALCO DE ACESSIBILIDADE – (EVENTO SÃO PEDRO)

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

- Projeto: Palco de Acessibilidade para Evento Temporário
- Tipo de Estrutura: Plataforma elevada de acessibilidade
- Dimensões: 5,00 m x 4,00 m
- Altura: 3,00 m
- Área Total: 20,00 m²
- Finalidade: Espaço destinado à acessibilidade e inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD) durante eventos públicos e privados.

DESCRIÇÃO GERAL DA ESTRUTURA

O presente memorial descritivo refere-se à instalação de uma estrutura metálica temporária destinada à acomodação de pessoas com mobilidade reduzida e usuários PCD, proporcionando visibilidade adequada e segurança durante a realização de eventos.

A estrutura será montada em sistema modular metálico, garantindo estabilidade, resistência e atendimento às normas de acessibilidade vigentes.

ACESSIBILIDADE

A estrutura será destinada prioritariamente ao público PCD e pessoas com mobilidade reduzida, devendo atender às exigências de acessibilidade previstas na:

- ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Normas de segurança para estruturas temporárias;
- Exigências do Corpo de Bombeiros Militar

PAVILHÃO EM ESTRUTURA TRELIBOX

Pavilhão temporário montado em estrutura de alumínio tipo TRELIBOX, com área total de 200m², projetado para utilização em eventos culturais, institucionais, sociais e corporativos, oferecendo segurança, estabilidade e proteção contra intempéries.

fio, kits de microfonação para bateria, pedestais, cabeamento XLR, cabos diversos, régua de energia AC 110V e 220V, sistema de retorno com fones e power click, direct box passivos, sub snakes e sistema intercom para comunicação entre P.A. e monitor.

Torres Fly e Delay

O sistema incluirá 02 (duas) torres fly em estrutura Box Truss Q30 e Q50, medindo 3,20m de frente, 2,50m de profundidade e 8,00m de altura, destinadas à sustentação do sistema line-array. Também serão disponibilizadas 02 (duas) torres de delay para reforço e distribuição sonora na área do evento.

Observações Técnicas

- Toda montagem deverá possuir ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) assinada por engenheiro responsável;
- A montagem deverá estar concluída com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início do evento;
- A desmontagem deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento;
- Cada diária de locação corresponderá ao período de 12 (doze) horas de utilização.

SISTEMA DE SONORIZAÇÃO MÉDIO PORTE – TIPO II

Sistema de sonorização profissional de médio porte, destinado à realização de eventos artísticos, culturais, institucionais e festivos, composto por equipamentos de alta performance para atendimento de público e monitoramento de palco, garantindo qualidade sonora, definição, cobertura uniforme e estabilidade operacional.

Sistema P.A. – Sonorização para o Público

O sistema de P.A. será composto por mesa digital de 48 canais de entrada, com recall automático, mínimo de 12 auxiliares, 08 matrix, 08 DCAs, equalização paramétrica de 04 bandas por canal, processadores de efeitos e processadores dinâmicos individuais, operando com resolução mínima de 48kHz.

O sistema contará com multicabo de 48 vias com vias auxiliares e splitter, processador digital estéreo de gerenciamento de sistema, equalizador gráfico estéreo de 31 bandas e sistema line array industrializado com capacidade mínima de produção sonora de 110 dBA a 25 metros do palco.

A reprodução de graves será realizada através de 16 caixas subwoofer equipadas com 02 falantes de 18” e potência mínima de 1600W RMS por unidade. O sistema principal contará ainda com 16 caixas line array fly de 02 ou 03 vias, com amplificação compatível e cabeamento completo para alimentação elétrica e sinal.

O conjunto incluirá aparelho reproduzidor de CD/MP3, distribuição elétrica adequada, cabeamento de AC com extensão mínima de 50 metros e todos os fios e cabos necessários para perfeito funcionamento do sistema.

Sistema Monitor – Sonorização de Palco

O sistema de monitor será composto por mesa digital de 48 canais com recall automático, mínimo de 16 auxiliares, 08 matrix, 08 DCAs e no mínimo 16 saídas físicas, contendo equalização paramétrica, processadores de efeitos e dinâmica por canal.

O monitoramento de palco contará com:

- 02 side fills completos;
- 12 monitores de palco com 02 falantes de 12” e driver de 2”;
- Subwoofers e caixas 03 vias para bateria;
- Amplificação compatível;
- Sistema de distribuição elétrica com aterramento.

O sistema incluirá ainda sub multicabos, cabos de microfone, pedestais, garras, microfones dinâmicos, condensadores e sem fio UHF, além de direct boxes ativos e passivos para interligação dos instrumentos e equipamentos.

Backline e Equipamentos Musicais

O conjunto de backline será composto por:

- Bateria profissional em madeira tipo Maple ou Birch;
 - Amplificadores para guitarra com reverb;
 - Amplificador para contrabaixo com compressor;
 - Praticáveis pantográficos para elevação e composição cênica do palco.
- Todos os equipamentos deverão estar em perfeito estado de funcionamento, revisados e compatíveis com as exigências técnicas do evento

4. SISTEMA DE ILUMINAÇÃO TIPO I E II

Sistema de iluminação profissional de grande porte destinado à realização de eventos artísticos, culturais, shows, apresentações e espetáculos, composto por equipamentos de alta performance para efeitos cênicos, iluminação decorativa, cobertura de palco e ambientação visual.

O sistema será operado através de mesa digital de iluminação com capacidade mínima de 60 canais DMX, permitindo programação, controle de cenas, efeitos e operação sincronizada dos equipamentos de iluminação.

A composição do sistema contará com:

- 40 refletores tipo ATOMIC RGBWA destinados à iluminação cênica e efeitos de palco;
- 30 refletores ACL ou PAR LED 18x18W RGBWA para efeitos de cor, preenchimento e ambientação;
- 12 refletores elipsoidais para iluminação focal e destaque de artistas e cenários;
- 24 refletores Set Light de 1000W para iluminação ampla de palco e áreas específicas;
- 06 mini bruttes com 06 lâmpadas DWE cada, destinados a efeitos de impacto luminoso;
- 40 moving lights modelo 14R, utilizados para efeitos dinâmicos, movimentação e projeções cênicas;
- 02 canhões seguidores de 1200W para acompanhamento de artistas e destaques em apresentações.

O sistema incluirá ainda:

- 02 máquinas de fumaça com ventiladores para criação de efeitos atmosféricos;
- 04 racks de iluminação filtrados com 12 canais;
- Sistema de intercomunicação com 03 pontos para comunicação operacional entre equipes técnicas;
- Cabeamento completo para sinal DMX, alimentação elétrica e interligação dos equipamentos;
- Rede elétrica com aterramento e proteção através de disjuntores, conforme normas técnicas vigentes.
- A mesa controladora deverá se adequar as exigências das atrações musicais.

Toda a instalação deverá atender às normas de segurança elétrica e aterramento da ABNT, garantindo proteção dos equipamentos e segurança dos operadores e usuários.

A montagem, operação e desmontagem deverão ser realizadas por equipe técnica especializada, assegurando perfeito funcionamento, estabilidade operacional e qualidade dos efeitos luminotécnicos durante todo o evento.

5. CABINES SANITÁRIAS STANDARD (STD) E PCD

Locação de 23 (vinte e três) cabines sanitárias portáteis, sendo 20 (vinte) unidades standard e 03 (três) unidades adaptadas para Pessoas com Deficiência – PCD, destinadas ao atendimento do público em eventos temporários, garantindo conforto, higiene, acessibilidade e praticidade operacional.

As cabines serão confeccionadas em polietileno de alta densidade, material resistente, lavável e apropriado para utilização em ambientes externos, apresentando estrutura robusta e adequada para grande fluxo de usuários.

6. DESCRIÇÃO DOS CAMARINS E STANDS

Os camarins serão instalados em estruturas temporárias independentes, destinados ao apoio de artistas e produção.

Características dos camarins:

- quantidade: 05 (cinco) unidades; PARA O USO ARTISTICO
- dimensões: 4,00 m x 4,00 m e 4,00 x 3,00 m cada unidade;
- 2 STAND 4X4 PARA AREA DA SAUDE
- 1 STAND 4X4 PARA COMUNICAÇÃO/IMPrensa
- piso nivelado e resistente;
- cobertura impermeável;
- fechamento lateral em painéis, divisórias ou lonas tensionadas;
- sistema de climatização ou ventilação compatível;
- instalações elétricas adequadas e protegidas;
- pontos de iluminação e tomadas;
- acesso seguro e sinalizado;
- área reservada para circulação e apoio operacional.

7. DESCRIÇÃO PAINÉIS DE LED

- painel de interior de palco p3.9mm medindo 10,00 x 4,00 m;
- 02 (dois) painéis laterais do palco (transmissão) medindo 3,00 x 5,00m;
- 01 (um) painel com estrutura boxtruss medindo 4,00 x 2,00 m, usado como transmissão. (local a ser definido pelo locador);
- 25 m² de painel p3.9 outdoor para ser utilizada na testeira de palco.
- Testeira de led medindo 10x01 a ser usados nos eventos complementares
- instalações elétricas adequadas e protegidas;
- capacidade estrutural compatível com os equipamentos instalados;
- fixação e ancoragem adequadas;

8. GRUPO GERADOR 170/180 KVA

Locação de grupo gerador de energia elétrica instalado em container acústico silenciado, destinado ao fornecimento de energia para eventos temporários, garantindo funcionamento contínuo, estabilidade elétrica e segurança operacional para sistemas de sonorização, iluminação, estruturas e demais equipamentos.

O equipamento deverá possuir potência mínima de 170/180 KVA, operando em tensão de 380/220 Volts, frequência de 60Hz e rotação de 1800 RPM, equipado com motor diesel turbinado de alto desempenho e sistema de partida manual e/ou automática.

O conjunto deverá incluir:

- Container acústico silenciado para redução de ruídos;
- Painel de controle e operação;
- Horímetro para controle de funcionamento;
- Cabos elétricos de alimentação e AC compatíveis com a carga utilizada;

- Chave de ligação/reversão;
- Cabeamento com extensão mínima de 40 metros;
- Sistema completo de aterramento conforme normas técnicas vigentes;
- Abastecimento de combustível durante todo o período de utilização.

O equipamento deverá operar com estabilidade e segurança, atendendo às demandas elétricas do evento sem interrupções, possuindo proteção contra sobrecarga e condições adequadas de funcionamento.

Toda instalação elétrica e aterramento deverão obedecer às normas técnicas da ABNT e exigências dos órgãos fiscalizadores competentes.

A montagem, operação, abastecimento e desmontagem deverão ser executados por equipe técnica especializada, garantindo total segurança e perfeito funcionamento durante toda a realização do evento.

• DESCRIÇÃO DAS TENDAS

Serão instaladas tendas destinadas a apoio operacional, institucional e comercial.

Características:

6. Quantidade: 20 (vinte unidades);
7. Dimensões 5x5;
8. Estrutura metálica galvanizada;
9. Cobertura em lona antichama e impermeável;
10. Fixação e ancoragem adequadas;
11. Piso conforme necessidade de utilização.

As tendas poderão ser destinadas a:

12. Segurança pública;
13. Alimentação;
14. Artesanato.

• ESTRUTURAS DE APOIO

A infraestrutura complementar compreenderá:

a) STAND equipe médica

Destinada ao atendimento emergencial, equipada conforme exigência dos órgãos de saúde.

b) Tenda da polícia/segurança

Área reservada para atuação das forças de segurança e monitoramento.

c) STAND de rádio/imprensa

Espaço técnico destinado à cobertura e comunicação operacional.

d) Tendas de alimentação

Estruturas destinadas à comercialização de alimentos e bebidas, observando condições sanitárias e elétricas adequadas.

e) Área de food trucks

Espaço delimitado para instalação de 04 (quatro) food trucks, com organização de circulação, segurança e distanciamento adequado entre os veículos.

f) Área de artesanato e comércio

Estruturas temporárias destinadas à exposição e comercialização de produtos.

g) Parque e circulação

Áreas livres e corredores de circulação deverão permanecer desobstruídos, sinalizados e compatíveis com o fluxo de público previsto.

• ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS MÍNIMOS ADMITIDOS

As estruturas deverão ser executadas com:

6. Perfis metálicos galvanizados estrutural;
7. Conexões e fixadores certificados;
8. Pisos em compensado naval ou material equivalente antiderrapante;
9. Lonas antichama, impermeáveis e com resistência mecânica adequada;
10. Cabos de aço, cintas e acessórios certificados;
11. Componentes elétricos conforme normas técnicas vigentes.

Não será permitida a utilização de materiais danificados, corroídos, improvisados ou fora das especificações técnicas.

• CONDIÇÕES DE MONTAGEM EM VIAS PÚBLICAS

Quando instaladas em vias públicas, as estruturas deverão:

6. Garantir acessibilidade e circulação segura;
7. Preservar rotas de fuga;
8. Possuir sinalização preventiva;
9. Obedecer às exigências dos órgãos municipais de trânsito e fiscalização;
10. Não obstruir hidrantes, acessos de emergência ou equipamentos públicos.

• NIVELAMENTO, TRAVAMENTO E ANCORAGEM

Todas as estruturas deverão possuir:

6. Nivelamento adequado ao terreno;
7. Travamento estrutural completo;
8. Contraventamento compatível com esforços atuantes;
9. Sistemas de ancoragem ou lastro dimensionados tecnicamente;
10. Estabilidade garantida contra ações de vento e cargas acidentais.

É vedada a montagem sem os devidos sistemas de estabilização estrutural.

• ATERRAMENTO DAS ESTRUTURAS METÁLICAS

Todas as estruturas metálicas, equipamentos elétricos e sistemas de energia deverão possuir aterramento elétrico adequado, executado conforme normas técnicas aplicáveis, visando proteção contra choques elétricos e descargas atmosféricas.

• INSPEÇÃO FINAL

Antes da liberação para utilização, todas as estruturas deverão passar por inspeção técnica final, verificando:

- Estabilidade estrutural;
- Integridade dos componentes;
- Sistemas de fixação e ancoragem;
- Condições elétricas;
- Sinalização e acessibilidade;
- Segurança operacional.

A liberação ficará condicionada à aprovação do responsável técnico e dos órgãos competentes.

• DESMONTAGEM E RETIRADA

Após o encerramento do evento, todas as estruturas temporárias deverão ser integralmente desmontadas e removidas do local, incluindo:

- Estruturas metálicas;
- Lonas;
- Pisos;
- Equipamentos;
- Cabos;
- Lastros;
- Resíduos gerados.

A área deverá ser restituída em condições adequadas de limpeza e utilização.

• RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A montagem, manutenção e desmontagem das estruturas temporárias serão executadas sob responsabilidade técnica de profissional habilitado, com emissão de ART/RRT e observância das normas.



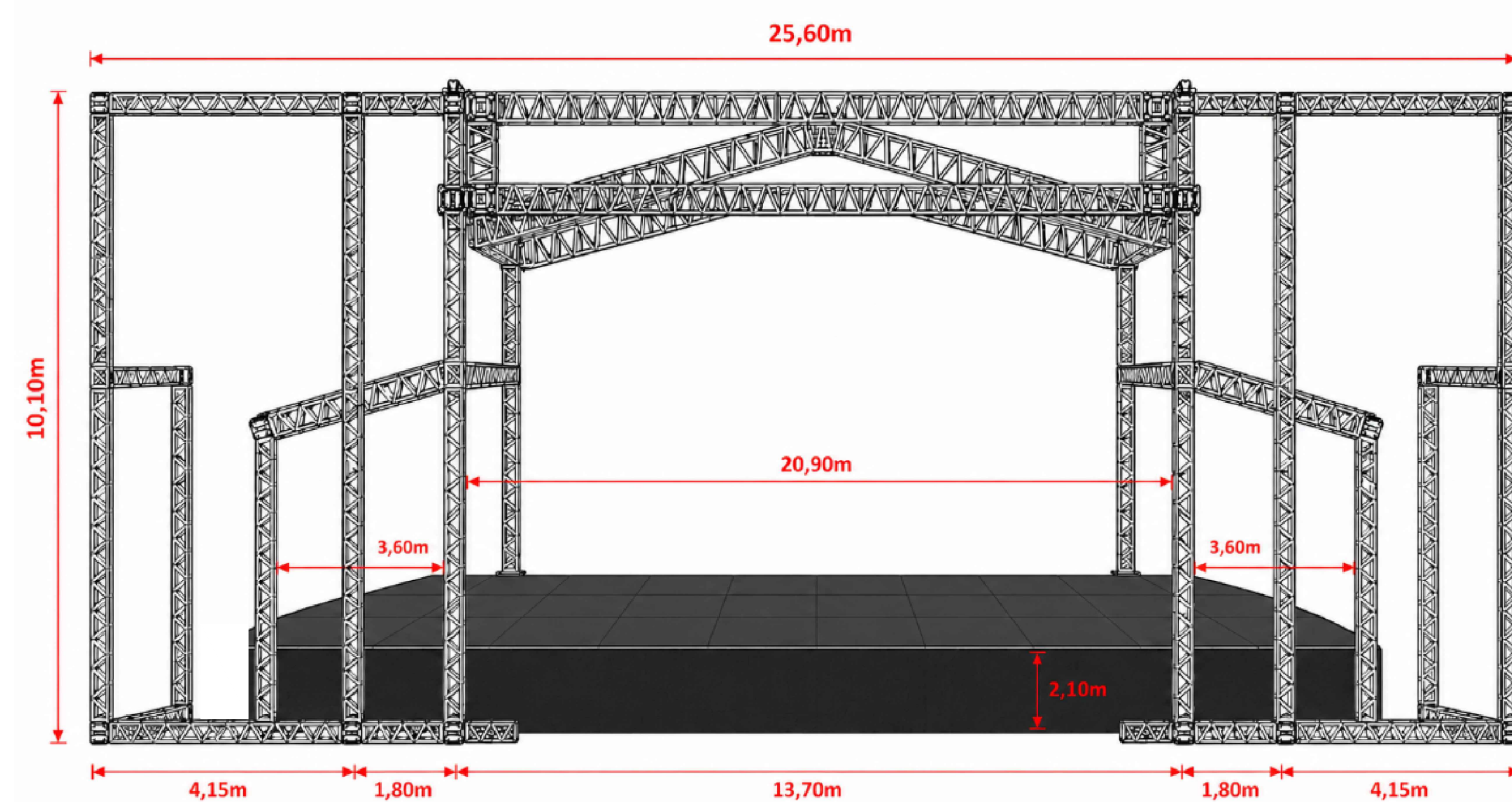
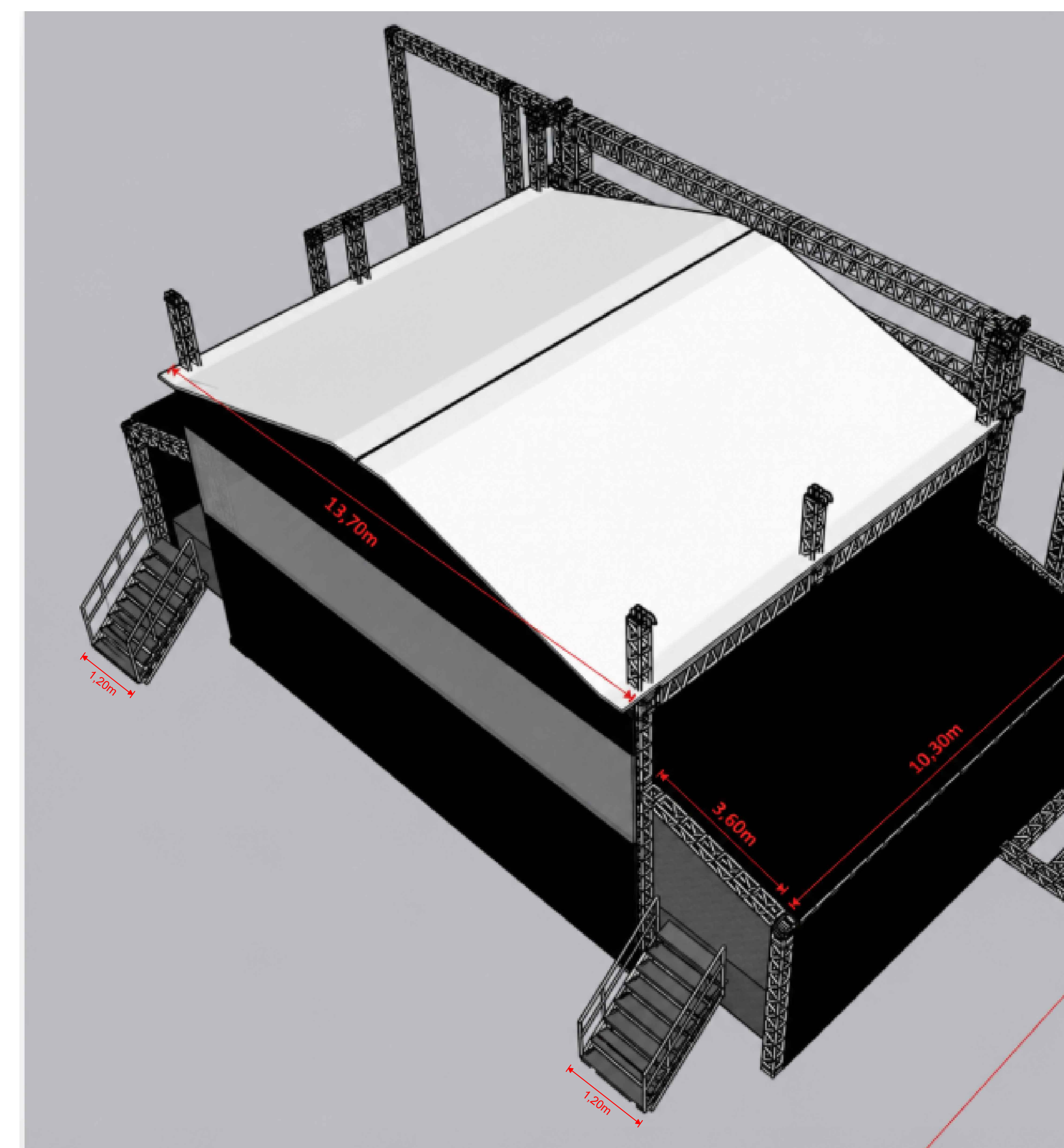
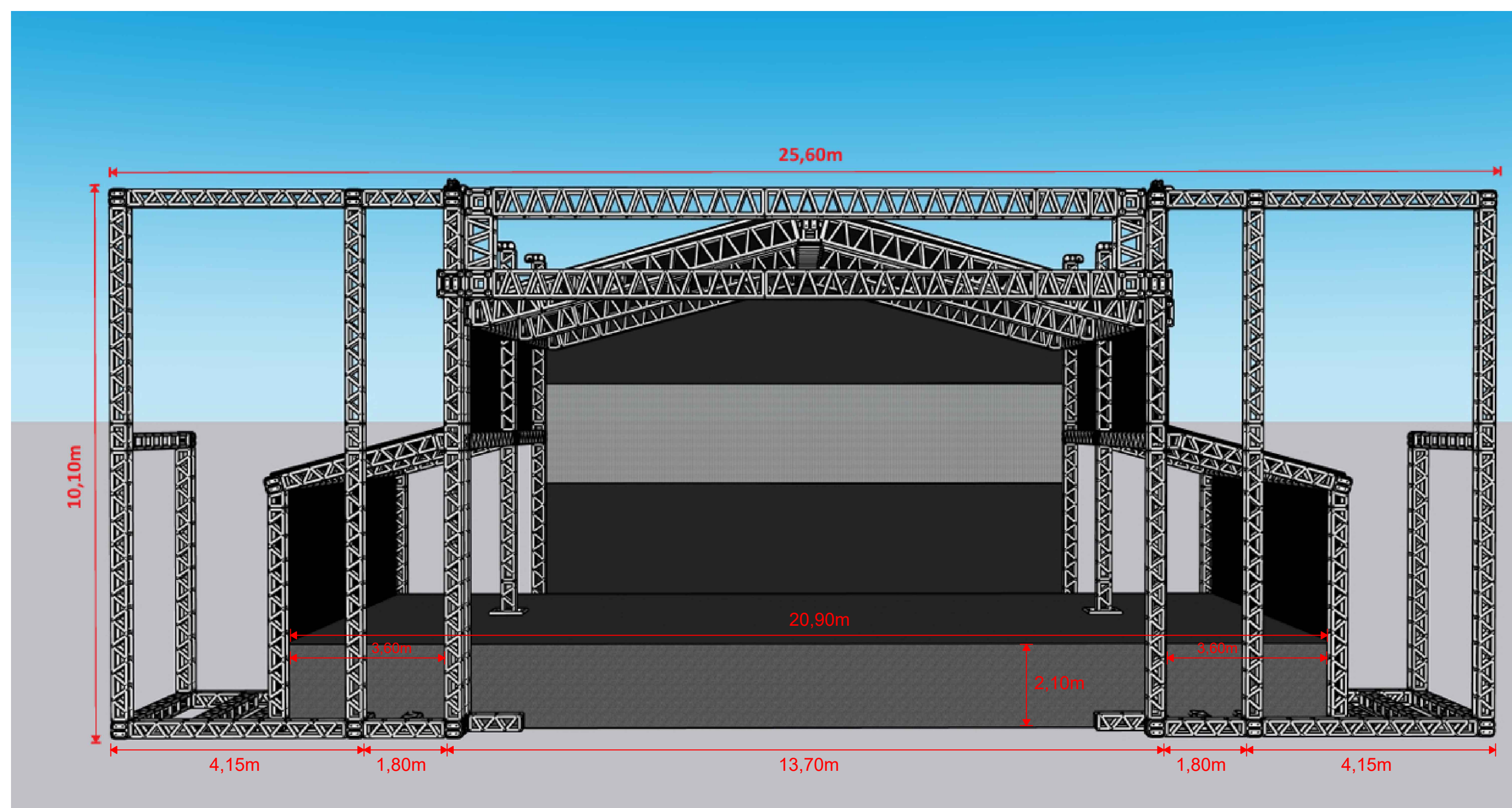
Documento assinado digitalmente

TAFAREL DA SILVA SAMPAIO

Data: 23/05/2026 09:16:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura Responsável Técnico



	Documento assinado digitalmente 
	TAFAREL DA SILVA SAMPÃO Data: 23/05/2020 às 09:16:21 - 0300 Verifique em: https://verificar.dig.br
(83)3421-2938 (83)99837-3612	 @pareincendopetos
RESPONSÁVEL TÉCNICO.	

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

Objeto 01: SOM DE GRANDE PORTE

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DA MÃO DE OBRA	UNID.	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Encarregado	Und	1	R\$ 180.00	R\$ 180.00
2	Montador	Und	5	R\$ 100.00	R\$ 500.00
3	Ajudante	Und	2	R\$ 80.00	R\$ 160.00
4	Motorista	Und	1	R\$ 100.00	R\$ 100.00
5	Operador de Monitor	Und	1	R\$ 150.00	R\$ 150.00
6	Operador de PA	Und	1	R\$ 150.00	R\$ 150.00
7	Assistente de Palco	Und	1	R\$ 80.00	R\$ 80.00
		Sub-total			R\$ 1,320.00
ENCARGOS SOCIAIS			98.83%		R\$ 1,304.56
Sub-Total (mão de obra + encargos sociais)					R\$ 2,624.56
B.D.I Bonificações e despesas indiretas			23%		R\$ 597.61

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$ 3,222.17
--	---------------------------	--	--	--------------

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DA LOCAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	PA 24 CAIXAS	Und	1	R\$ 9,000.00	R\$ 9,000.00
2	Monitor	Und	1	R\$ 2,500.00	R\$ 2,500.00
3	Black Line	Und	1	R\$ 4,000.00	R\$ 4,000.00
4	Equipamento de Sonorização	Und	1	R\$ 2,000.00	R\$ 2,000.00
5	Hospedagem	Und	13	R\$ 50.00	R\$ 650.00
6	Kit/Lanche	Und	13	R\$ 15.00	R\$ 195.00
7	Frete	Und	1	R\$ 300.00	R\$ 300.00
		Sub-total			R\$ 18,645.00
B.D.I Bonificações e despesas indiretas			23.00%		R\$ 4,288.35
	VALOR TOTAL (LOCAÇÃO)				R\$ 22,933.35

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)			R\$ 26,155.52
--	-------------------------------------	--	--	---------------

Objeto 02: SOM MEDIO PORTE

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)		R\$ 2,099.29
--	---------------------------	--	--------------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)		R\$ 8,685.94
--	-------------------------------------	--	--------------

Objeto 03: **PALCO TIPO I**

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$ 1,806.36
--	---------------------------	--	--	--------------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$ 19,955.01
--	-------------------------------------	---------------

Objeto 04: PALCO TIPO II

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)		R\$ 1,366.98
--	---------------------------	--	--------------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	7,055.73
--	-------------------------------------	-----	----------

Objeto 05: **ACESSIBILIDADE**

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	1,366.98
--	---------------------------	--	--	-----	----------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	4,964.73
--	-------------------------------------	-----	----------

Objeto 06: PAVILHÃO

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$ 1,366.98
--	---------------------------	--	--	--------------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	7,670.73
--	-------------------------------------	-----	----------

Objeto 07: **HOUSE MIX**

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	1,171.69
--	---------------------------	--	--	-----	----------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	3,951.49
--	-------------------------------------	-----	----------

Objeto 08: **BOX TRUSS**

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	1,171.69
--	---------------------------	--	--	-----	----------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	17,358.49
--	-------------------------------------	-----	-----------

Objeto 09: ILUMINAÇÃO TIPO I

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)		R\$ 1,491.82
--	---------------------------	--	--------------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)		R\$ 17,248.12
--	-------------------------------------	--	---------------

Objeto 10: ILUMINAÇÃO TIPO II

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	1,051.61
--	---------------------------	--	--	-----	----------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)		R\$ 4,323.41
--	-------------------------------------	--	--------------

Objeto 11: PAINEL DE LED TIPO I

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$ 880.42
--	---------------------------	--	--	------------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)		R\$ 12,270.22
--	-------------------------------------	--	---------------

Objeto 12: PAINEL DE LED TIPO II

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	18,486.72
--	-------------------------------------	-----	-----------

Objeto 13: PAINEL DE LED TIPO III

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	3,999.62
--	-------------------------------------	-----	----------

Objeto 14: TENDAS TIPO CHAPÉU DE BRUXA

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	732.31
--	---------------------------	--	--	-----	--------

	VALOR TOTAL (LOCAÇÃO)			R\$ 5,756.40
--	-----------------------	--	--	--------------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	6,488.71
--	-------------------------------------	-----	----------

Objeto 15: CAMARIM TIPO I

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	927.59
--	---------------------------	--	--	-----	--------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	5,121.89
--	-------------------------------------	-----	----------

Objeto 16: CAMARIM TIPO II

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$ 927.59
--	---------------------------	--	--	------------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)		R\$ 6,413.39
--	-------------------------------------	--	--------------

Objeto 17: STANDS

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	927.59
--	---------------------------	--	--	-----	--------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	6,966.89
--	-------------------------------------	-----	----------

Objeto 18: PRATICAVEIS

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	488.21
--	---------------------------	--	--	-----	--------

B.D.I Bonificações e despesas indiretas	23.00%	R\$	264.50
---	--------	-----	--------

	UNION FORM (1001372)			1 114 50

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	1,902.71
--	-------------------------------------	-----	----------

Objeto 19: FECHAMENTO

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	683.49
--	---------------------------	--	--	-----	--------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)		R\$ 5,646.54
--	-------------------------------------	--	--------------

Objeto 20: DISCIPLINADORES

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	488.21
--	---------------------------	--	--	-----	--------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)		R\$ 3,784.61
--	-------------------------------------	--	--------------

Objeto 21: BANHEIROS QUIMICOS

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	683.49
--	---------------------------	--	--	-----	--------

	VALOR TOTAL (LOCAÇÃO)			R\$ 5,086.05
--	-----------------------	--	--	--------------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	5,769.54
--	-------------------------------------	-----	----------

Objeto 22: BANHEIROS QUIMICOS PNE

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	488.21
--	---------------------------	--	--	-----	--------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)		R\$ 1,748.96
--	-------------------------------------	--	--------------

Objeto 23: GERADOR 170/180 Kva(abastecido)

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA)			R\$	732.31
--	---------------------------	--	--	-----	--------

	VALOR TOTAL (MÃO DE OBRA + LOCAÇÃO)	R\$	3,598.21
--	-------------------------------------	-----	----------

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE BDI

AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.5
AC 01	Despesas Administrativas	2
AC 02	Outros	0.5
L	LUCRO	6.77
L 01	Lucro	6.77
DF	DESPESAS FINANCEIRAS	1.25
DF 01	Despesas Financeiras	1.25
R	SEGUROS, RISCOS e GARANTIAS	2.15
R 01	Seguros	0.6
R 02	Riscos	0.3
R 03	Garantias	1.25
T	TRIBUTOS	8.65
T 01	ISS	5
T 02	PIS	0.65
T 03	CONFINS	3
T 04	CPRB (INSS)	0

FORMULA PARA O CALCULO DO BDI

$$\text{BDI (percentual)} = \left\{ \left[\frac{(1+AC + R) \times (1+DF) \times (1+L)}{(1 - T)} \right] - 1 \right\} \times 100$$

AC = 2,5% =	0.025
R = 2,15% =	0.0215
DF = 1,25% =	0.0125
L = 7,77% =	0.0777
T = 8,65% =	0.0865
1+AC+R =	1.0465
1+DF =	1.0125

1+L =	1.0777
1-T =	0.9135

BDI =	23.00%
-------	--------

Apêndice 17 – Encargos Sociais – Pernambuco

PERNAMBUCO

VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/2026

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA	MENSALISTA	HORISTA	MENSALISTA
		%	%	%	%
GRUPO A					
A1	INSS	10,00%	10,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	26,80%	26,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,88%	Não incide	17,88%	Não incide
B2	Feriados	4,29%	Não incide	4,29%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,88%	0,67%	0,88%	0,67%
B4	13º Salário	10,93%	8,30%	10,93%	8,30%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,12%	Não incide	2,12%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B9	Férias Gozadas	10,04%	7,62%	10,04%	7,62%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	Total	47,01%	17,25%	47,01%	17,25%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,28%	4,01%	5,28%	4,01%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	0,10%	0,14%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	4,95%	3,76%	4,95%	3,76%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,24%	1,70%	2,24%	1,70%
C5	Indenização Adicional	0,44%	0,34%	0,44%	0,34%
C	Total	13,05%	9,91%	13,05%	9,91%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B (sem considerar INSS sobre 13º, conforme Lei nº 14.973/2024)	11,51%	3,79%	17,30%	6,35%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,46%	0,35%	0,47%	0,36%
D	Total	11,97%	4,14%	17,77%	6,71%
TOTAL(A+B+C+D)		98,83%	58,10%	114,63%	70,67%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET



SECRETARIA CHEFIA DE GABINETE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE ORÇAMENTO

REFERENCIAL

Pregão Eletrônico nº 0009/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para disponibilização, montagem, operação assistida, manutenção, desmontagem e retirada da infraestrutura temporária necessária à realização da Festa do Padroeiro São Pedro de Itapetim 2026.

O presente Termo de Homologação de Orçamento Referencial é elaborado em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere às etapas de planejamento da contratação pública, à formação do orçamento estimado, à demonstração da compatibilidade dos preços praticados pela Administração Pública e à busca da proposta mais vantajosa para o interesse público, observando-se, ainda, os princípios da legalidade, transparência, economicidade, eficiência, motivação, razoabilidade e segregação de funções.

Consta nos autos do processo administrativo que a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo formalizou a demanda administrativa necessária à futura contratação, encaminhando a esta Diretoria de Contratações e Compras a documentação técnica pertinente, acompanhada da competente Certidão de Recebimento dos Documentos Acostados, contendo Documento de Formalização da Demanda - DFD, Estudo Técnico Preliminar - ETP, Projeto da Estrutura do Evento, Memorial Descritivo, Planta do Palco, Planta do Local do Evento e Composições de Custos Unitários elaboradas para subsidiar a estimativa da contratação pretendida.

No exercício das atribuições desta Diretoria de Contratações e Compras, e visando à consolidação do orçamento estimado da contratação, foi elaborada Planilha Quantitativa Consolidada, baseada nas composições apresentadas pela Secretaria demandante, nas especificações técnicas constantes do Estudo Técnico Preliminar, Memorial Descritivo, Projeto da Estrutura do Evento e demais documentos acostados aos autos, bem como nas pesquisas de preços realizadas junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade, transparência e vantajosidade para a Administração Pública.

Registra-se que, para fins de formação do orçamento estimado e objetivando conferir maior segurança jurídica, confiabilidade técnica e compatibilidade mercadológica aos valores referenciais adotados, foram realizadas pesquisas individualizadas de preços para os itens integrantes da contratação, utilizando-se como parâmetro contratações públicas similares constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Para cada item pesquisado, foram utilizadas, sempre

que possível, no mínimo três contratações similares válidas e compatíveis com o objeto pretendido, procedendo-se posteriormente ao cálculo da média dos valores obtidos, metodologia adotada para definição do preço estimado unitário constante da planilha quantitativa consolidada.

A metodologia aplicada demonstra observância às boas práticas de planejamento das contratações públicas, permitindo a obtenção de parâmetros de preços compatíveis com a realidade mercadológica praticada pela Administração Pública, reduzindo riscos de sobrepreço, superfaturamento ou inexecuibilidade dos valores estimados, em conformidade com as orientações dos órgãos de controle interno e externo.

Após análise das composições de custos unitários apresentadas, da documentação técnica acostada aos autos e da planilha quantitativa consolidada elaborada por esta Diretoria, verificou-se que os valores referenciais adotados apresentam compatibilidade com os preços praticados em contratações públicas similares, contemplando adequadamente os custos necessários à execução do objeto, incluindo locação de estruturas temporárias, montagem, desmontagem, operação assistida, logística, transporte, alimentação, hospedagem, mão de obra, manutenção, encargos sociais, despesas indiretas e demais custos operacionais inerentes à realização do evento.

Verificou-se, ainda, que os quantitativos previstos guardam compatibilidade com a dimensão da festividade, com as necessidades operacionais da Administração Pública e com os elementos técnicos constantes no Estudo Técnico Preliminar, Memorial Descritivo e Projeto da Estrutura do Evento, demonstrando coerência entre a necessidade administrativa apresentada e os quantitativos consolidados para fins de formação do orçamento estimado.

Ressalte-se que a presente análise se restringe exclusivamente à verificação documental, formal, quantitativa e orçamentária dos elementos constantes nos autos do processo administrativo, especialmente no que se refere às composições de custos, formação dos preços referenciais, compatibilidade dos quantitativos e regularidade documental dos elementos utilizados para consolidação do orçamento estimado.

Considerando tratar-se de matéria de natureza técnica especializada, envolvendo engenharia, estruturas temporárias, cálculos estruturais, dimensionamentos, estabilidade, resistência, segurança estrutural, instalações elétricas, capacidade de carga e demais aspectos técnicos específicos relacionados à execução e segurança das estruturas do evento, esta Diretoria de Contratações e Compras não adentra em critérios técnicos de engenharia ou validação estrutural dos projetos apresentados, cuja responsabilidade compete integralmente aos profissionais técnicos legalmente habilitados responsáveis pela elaboração dos projetos, memoriais, plantas, laudos, ARTs/RRTs e demais documentos técnicos correlatos.

Destaca-se, ainda, que a utilização de referências públicas extraídas do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP reforça a legitimidade, transparência e confiabilidade dos preços referenciais utilizados, atendendo às recomendações emanadas pelos órgãos de controle interno e externo quanto à necessidade de demonstração da compatibilidade mercadológica dos valores utilizados como referência para futuras contratações públicas.

Dessa forma, considerando a regularidade documental dos elementos apresentados, a compatibilidade das composições de custos com o objeto pretendido, a coerência dos quantitativos consolidados por esta Diretoria de Contratações e

Compras, a observância aos princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e o atendimento às exigências legais e administrativas aplicáveis à fase de planejamento da contratação pública, **HOMOLOGO** o orçamento referencial constante nos autos do Pregão Eletrônico nº 0009/2026, no valor global de **R\$ 899.631,87 (oitocentos e noventa e nove mil, seiscentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos)**, destinado à contratação de empresa especializada para disponibilização, montagem, operação assistida, manutenção, desmontagem e retirada da infraestrutura temporária necessária à realização da Festa do Padroeiro São Pedro de Itapetim 2026.

A Planilha Quantitativa Consolidada elaborada por esta Diretoria de Contratações e Compras passa a integrar o presente Termo de Homologação de Orçamento Referencial para todos os fins legais e administrativos pertinentes, devendo o presente documento compor os autos do processo administrativo e subsidiar as fases subsequentes do certame, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, das normas correlatas aplicáveis à matéria e das orientações emanadas pelos órgãos de controle e fiscalização.

Luiz Alberto Patriota Lopes da Silva

Diretor de Contratações e Compras



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto Patriota Lopes da Silva**, em 27/05/2026, às 12:20, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://\[servidor_php\]/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://[servidor_php]/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0015661** e o código CRC **0D3C7957**.

SECRETARIA CHEFIA DE GABINETE

Rua Major Cláudio Leite, S/n, 1º andar - Sala 01 - Bairro Centro, Itapetim/PE - CEP , Telefone:

Referência: Processo nº
09001110000061.000085/2026-49

SEI nº 0015661

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETIM
DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO E COMPRAS

ITEM	DISCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	SOM DE GRANDE PORTE (15.000 PESSOAS): SOM: 24 caixas subgrave 212, sendo 12 caixas por lado; 24 caixas line-array, sendo 12 caixas por lado. 2x10 + titânio ou 2x12 + titânio nacional ou importado; 01 processador digital dbx ou similar; 04 amplificadores 12000wts.; 06 amplificadores 5600wts.; 06 amplificadores 3600wts.; 01 multicabo 56 vias, 120 mts.; 01 multicabo 12 vias, 120mts.; 01 main power 125A som; 02 bumpers; 02 talhas de 2 toneladas 12 metros; 02 cintas elevação para sistema fly 3 toneladas; 01 mesa digital 48 canais (mc7cl, venue sc-48, pm5d, pm5d- rh. Digico -sd8 Digi design pro file) e 01 técnico de P.A. BACK LINE: 01 amplificador de contra baixo contendo 1 caixas de grava com 01 falante de 15° e 1 caixa 04 falantes de 8°. Gk; 02 amplificadores de guitarra contendo 2 falantes 12° (fender twin, jcm); 03 praticáveis; 10 microfones shure beta 58; 02 microfones sem fio sm58; 02 kits mics para bateria 07 ou 08 caracteres; 40 pedestais; 100 cabos xlr tamanhos diversos; 20 cabos para 10 tamanhos diversos; 20 régua de ac 110 e 220; 08 fones pra relomo c/ power clik; 20 direct boxs passivos; 06 sub snake de 20 metros e 01 intercom pra comunicação p.a e monitor. – TORRES FLY: Sendo 02 (duas) torres fly medindo 3,20m (três metros e vinte centímetros) de frente e 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de fundo e 8,0m (oito metros) de altura em box truss Q30 e Q50, 02 duas torres de delay a ser usado na praça. Observações: ART de montagem assinado por engenheiro responsável. A montagem deverá estar pronta 24h (vinte e quatro horas) antes do evento e a desmontagem 4h (quatro horas) após. A duração de 1 (uma) diária corresponde a 8h (oito horas).	DIARIA	04	R\$ 26.155,52	R\$ 104.622,08

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETIM
DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO E COMPRAS

	9,00m de comprimento por 2,00m de largura;-- Área de produção medindo 18,00m de comprimento por 10,00m de largura com estrutura metálica e fechamento em compensado com 2,50m de altura, pintada com tinta PVA látex na cor a ser indicada posteriormente;-- Tapume executado em estrutura tubular com fechamento em compensado com 12mm de espessura medindo 37,00m de comprimento por 2,50m de altura ou similar pintado nos dois lados com tinta PVA látex na cor cinza;-- Piso do palco e praticáveis em compensado com 12 mm de espessura e recoberto com carpete na cor cinza grafite com 4mm.-- Testeira em TRELIBOX de alumínio medindo 32,00m por 2,00m, com painéis em grid TRELIBOX acompanhando a testeira 8,00m x 10,5m em cada lateral do palco para cenografia, a definir posteriormente;-- Aterramento conforme normas técnicas da ABNT				
URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/14100747000126/2025/207 https://pncp.gov.br/app/contratos/08883951000168/2025/38 https://pncp.gov.br/app/contratos/01302603000100/2025/251				
04	TIPO II – Palco em estrutura metálica TRELIBOX de alumínio, coberto com laminado de PVC flexível tipo NIGHT & DAY ou similar na cor branca com medidas de BOCA DE PALCO 10,00m e BOCA DE CENA com 10,00m, por 7,00m de profundidade e 2,20m de altura média do piso ao chão e 8 m de pé direito;-- BACKSTAGE do palco medindo 10,00m X 10,00m, com piso a 2,00m de altura, com cobertura TRELIBOX de alumínio P-30;-- Pannel no fundo e nas laterais do palco em lona NIGHT & DAY na cor preta;-- Fechamento frontal e lateral em compensado pintado com tinta PVA látex na cor a ser indicada posteriormente;-- Uma escada de acesso com 1,40m de largura;-- Área de produção medindo	DIARIA	01	R\$ 7.055,73	R\$ 7.055,73

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETIM
DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO E COMPRAS

	alumínio estrutural e piso tipo praticável, módulos de 2m x 1m, com perfis de alumínio e chapas de compensado de 25mm.				
URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/82777301000190/2025/971 https://pncp.gov.br/app/contratos/01612444000140/2025/135 https://pncp.gov.br/app/contratos/76950096000110/2025/150				
08	ESTRUTURA BOX TRUSS EM P30: locação de 500 metros lineares com montagem e desmontagem de estrutura de box truss. confeccionada em alumínio, leve e de alta resistência, em p30 (30cm x 30cm), para correta montagem de grid's, pórticos, backdrop e demais estruturas na formação de acordo com a solicitação do contratante, incluindo peças e equipamentos variados, como: colunas e vigas de tamanhos variados de 1mt, 2mts, 3mts, 4mts, 5mts e 6mts, treliças, cubas, sleeves, bases, pau de carga, flanges, sapatas, abraçadeiras, graus, talhas, parafusos, ferramentas, acessórios para sustentação de equipamentos de iluminação, efeitos diversos, painéis e cenários montados em cima de palco ou sobre solo, com carga mínima distribuída de 40 kg/metro. estrutura devidamente aterrada, acompanhada na montagem e desmontagem e durante todo o evento por equipe com equipamento de segurança (epi).	DIÁRIA	4	R\$ 17.358,49	R\$ 69.433,96
URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/07963051000168/2025/317 https://pncp.gov.br/app/contratos/46737219000179/2026/14 https://pncp.gov.br/app/contratos/06716906000193/2026/6				
09	ILUMINAÇÃO TIPO I – Mesa de luz digital 60 canais DMX;– 40 refletores ATOMIC RGBWA (FOCOS 01–02E 05) egelatinas;– 30 refletores ACL ou parLED 18*18W RGBWA;– 12 refletores elipsoidais;– 24 refletores set light de 1000w;– 06 mini brute de 6 lâmpadas DWE;– 02 máquinas de fumaça com ventilador;– 04 racks filtrados de 12 canais;– 40 moving light	DIARIA	04	R\$ 17.248,12	R\$ 68.992,48

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETIM
DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO E COMPRAS

	14R;– 02 canhões seguidores 1200;– 01 sistema de intercom de 03 pontos;– Fiação completa para o sistema;– Fiação de AC com aterramento e disjuntores.				
URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/31844889000117/2026/28 https://pncp.gov.br/app/contratos/07663917000115/2025/865 https://pncp.gov.br/app/contratos/11508942000100/2026/48				
10	ILUMINAÇÃO TIPO II – 01 mesa de luz digital 48 ou 36 canais DMX;– 8 refletores com lâmpadas PARLED diversos focos e gelatinas;– 02 mine brute de 6 lâmpadas DVVE 250W; 08 BEAM – 01 máquina de fumaça profissional com ventilador;– 03 ou 01 racks filtrados de 12 canais;– Fiação, aterramento e disjuntores.	DIARIA	10	R\$ 4.323,41	R\$ 43.234,10
URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/31844889000117/2026/28 https://pncp.gov.br/app/contratos/07663917000115/2025/865 https://pncp.gov.br/app/contratos/07566920000110/2026/30				
11	PAINEL DE LED TIPO I – Compostos por 40m ² composto por módulos de 1,00m x 0,50cm (formando um painel 10x4m), com resolução de (P3) 3mm virtual outdoor (uso externo) com interface/scaler, possibilitando a reprodução de qualquer tipo de imagem com sinal RGB ou vídeo composto, 02 Notebooks com configuração mínima, processador 2.2GHz Core 2 Duo, 4GB RAM, HD de no mínimo 250GB, reproduutor de blue ray e gravador de DVD, com sistema operacional Windows XP ou mais recente instalado, com mouse, fonte de alimentação automática 110/220V, A SER USADO COMO PAINEL INTERNO DO PALCO, Cabeamento necessário.	DIARIA	4	R\$ 12.270,22	R\$ 49.080,88
URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/10221786000120/2026/339 https://pncp.gov.br/app/contratos/31844889000117/2026/28 https://pncp.gov.br/app/contratos/07663917000115/2025/865				
12	PAINÉIS DE LED TIPO II – 63m ² Compostos por 120 módulos de 1,00m x 0,50cm (formando um painel 4X2M, que sera usado na praça, e o restante a ser definido pela administracao, com	DIARIA	4	R\$ 18.486,72	R\$ 73.946,88

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETIM
DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO E COMPRAS

	resolução de (P3) 3mm virtual outdoor (uso externo) com interface/scaler, possibilitando a reprodução de qualquer tipo de imagem com sinal RGB ou vídeo composto, 02 Notebooks com configuração mínima, processador 2.2GHz Core 2 Duo, 4GB RAM, HD de no mínimo 250GB, reprodutor de blue ray e gravador de DVD, com sistema operacional Windows XP ou mais recente instalado, com mouse, fonte de alimentação automática 110/220V, A SER USADO COMO PAINEIS DE TRANSMISSÃO E TESTEIRA DO PALCO, Cabeamento necessário.				
URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/10221786000120/2026/339 https://pncp.gov.br/app/contratos/31844889000117/2026/28 https://pncp.gov.br/app/contratos/07663917000115/2025/865				
13	PAINÉL DE LED TIPO III – Compostos por 20 módulos de 1,00m x 0,50cm (formando um painel 10X1m) com resolução de (P3) 3mm virtual outdoor (uso externo) com interface/scaler, possibilitando a reprodução de qualquer tipo de imagem com sinal RGB ou vídeo composto, 02 Notebooks com configuração mínima, processador 2.2GHz Core 2 Duo, 4GB RAM, HD de no mínimo 250GB, reprodutor de blue ray e gravador de DVD, com sistema operacional Windows XP ou mais recente instalado, com mouse, fonte de alimentação automática 110/220V, A SER USADO COMO TESTEIRA DE LED, Cabeamento necessário.	DIARIA	11	R\$ 3.999,62	R\$ 43.995,82
URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/10221786000120/2026/339 https://pncp.gov.br/app/contratos/31844889000117/2026/28 https://pncp.gov.br/app/contratos/07663917000115/2025/865				
14	TENDAS TIPO I – 20 Barracas padronizada medindo 5,00m x 5,00m em estrutura metálica tubular coberta em lona tipo NIGHT & DAY, na cor branca, revestimentos laterais modulados em perfis de aço.	DIÁRIA	4	R\$ 6.488,71	R\$ 25.954,84

ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETIM
DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO E COMPRAS

URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/01067941000105/2026/31 https://pncp.gov.br/app/contratos/11598317000198/2026/201 https://pncp.gov.br/app/contratos/01815216000178/2026/91				
15	CAMARIM TIPO I – OCTONORM FECHADO, 02(DUAS) UNIDADES tamanho mínimo de 4m x 4m, paredes em painéis tipo TS com 2,20m de altura, perfis de alumínio octavados, climatizado, teto COBERTO, COM ELÉTRICA – 01 (um) spot de 100 Watts a cada 3,00m2, 01 (um) ponto de energia, piso em madeira com 10cm de altura revestido por carpete e porta de acesso, aterramento conforme normas técnicas da	DIARIA	4	R\$ 5.121,89	R\$ 20.487,56
URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/13133909000160/2026/80 https://pncp.gov.br/app/contratos/08883951000168/2025/38 https://pncp.gov.br/app/contratos/13915632000127/2026/188				
16	CAMARIM TIPO II – OCTONORM BASIC FECHADO, 03(TRES) UNIDADES tamanho mínimo de 4m x 3m, paredes em painéis tipo TS com 2,20m de altura, perfis de alumínio octavados, climatizado, teto COBERTO, COM ELÉTRICA – 01 (um) spot de 100 Watts a cada 3,00m2, 01 (um) ponto de energia, piso em madeira com 10cm de altura revestido por carpete e porta de acesso, aterramento conforme normas técnicas da	DIARIA	4	R\$ 6.413,39	R\$ 25.653,56
URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/13133909000160/2026/80 https://pncp.gov.br/app/contratos/08883951000168/2025/38 https://pncp.gov.br/app/contratos/13915632000127/2026/188				
17	STANDS 4X4 – 03(TRES) – Stands tipo básico, tamanho mínimo de 4m x 4m com piso em madeira a 10 cm de altura, paredes montadas em painéis tipo TS, emoldurados em perfis de alumínio tipo octonorm. Iluminação composta por 01 (um) spot com lâmpada de 100watts a cada 3,00m2, 02 (duas) tomadas monofásicas, coberta em toldo estilo pirâmide na cor branca, estrutura com aterramento conforme as normas técnicas da ABNT.	DIARIA	4	R\$ 6.966,89	R\$ 27.867,56

Anexo I - Termo de Indicação de Ação de Inquérito nº 001570701622 SEI 0905110900010610000085/2020842026-43 / pg. 70



ESTADO DE PERNAMBUCO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETIM
DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO E COMPRAS

	acordo com as normas técnicas, sem regulador de velocidade eletrônico, com cabo de 40m no mínimo e COM ABASTECIMENTO DO COMBUSTÍVEL E ATERRAMENTO CONFORME AS NORMAS TECNICAS.				
URL - VALOR	https://pncp.gov.br/app/contratos/07566920000110/2026/30 https://pncp.gov.br/app/contratos/87876801000101/2026/137 https://pncp.gov.br/app/contratos/07566920000110/2025/151				
				VALOR GERAL	R\$ 899.631,87



SECRETARIA CHEFIA DE GABINETE

MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 09001110000061.000085/2026-49

Contrato Administrativo nº 000xx/2026

Órgão Demandante: Secretaria de Cultura e Turismo

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI E O MUNICÍPIO DE ITAPETIM/PE, E A EMPRESA xxxxxxxxxxxx.

O Município de Itapetim por intermédio do (a) Prefeitura Municipal, com sede no(a) cidade de mesmo nome localizada no Estado de Pernambuco, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.358.157/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeita Aline Karina Alves da Costa, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) Empresa xxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxx, sediado(a) na Rua xxxxx, xxxxx, nºxxxx, CEP:xxxxx-xxx, xxxxxxxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo acima numerado e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico n.º 0009/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO ([art. 92, I e II](#)):

1.1.O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para disponibilização, montagem, operação assistida, manutenção, desmontagem e retirada da infraestrutura temporária necessária à realização da Festa do Padroeiro São Pedro de Itapetim 2026.

1.2. Objeto da contratação distribuído no lote abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QNT	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	xxxxxxxxxxx	xxxxx	x	R\$ xxxxxx	R\$ xxxxxxxx
				Valor Total	R\$ xxxxxxxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. Projeto;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 3 (três) meses, contados a partir da data de publicação deste termo, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de idoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS **([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO ([art. 92, V](#)):

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxxxx** (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou executado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#)):

6.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da fatura/Nota Fiscal de acordo com a nota de empenho;

6.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre

em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

6.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V):

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta de preços.

7.2. Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):

8.1. São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto;

8.1.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre defeitos ou incorreções verificadas na execução da obra;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto.

8.1.5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.6. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Itapetim/PE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO [\(art. 92, XIV, XVI e XVII\):](#)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor [\(Lei nº 8.078, de 1990\)](#);

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior [\(art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021\)](#) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.7. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.14. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.15. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#)):

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#)):

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

I. Multa

1. Moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.

5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5,00% a 15% do valor do Contrato.

6. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5,00% a 10% do valor do Contrato.

7. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 2,00% a

5,00% do valor do Contrato.

8. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1,00% a 5,00% do valor do Contrato

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de

direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.3.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.6.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII):

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Lei Municipal n.º. 645/2025 de 30 de dezembro de 2025 que dispõe sobre o Orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.001 - SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO 2112 - FESTA DO PADROEIRO SÃO PEDRO

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

FICHA: 587

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III):

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO (art. 92, §1º):

17.1. Fica eleito o Foro da Vara Única de Itapetim/PE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

xxxxxxx, xx de xxxxx do ano de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto Patriota Lopes da Silva**, em 27/05/2026, às 18:45, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://\[servidor_php\]/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://[servidor_php]/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0015903** e o código CRC **8B179489**.

SECRETARIA CHEFIA DE GABINETE

Rua Major Cláudio Leite, S/n, 1º andar - Sala 01 - Bairro Centro, Itapetim/PE - CEP , Telefone:

Referência: Processo nº
09001110000061.000085/2026-49

SEI nº 0015903